

## DESAFIOS E TAREFAS DA NOVA EQUIPE ECONÔMICA

*Gilmar Mendes Lourenço*

Há fortes indícios de que o exercício econômico de 2015 será bastante difícil para os agentes produtivos brasileiros, especialmente para famílias e empresas, em face da necessidade de encaminhamento urgente de soluções para os desarranjos nada desprezíveis, acumulados ao longo dos últimos quatro anos, e que resultaram em aceleração da espiral inflacionária e estagnação dos negócios.

Mais especificamente, não fosse a segurada nos reajustes de preços controlados, o patamar da inflação no varejo teria ultrapassado 7% ao ano. Ademais, o produto interno bruto (PIB) do País cresceu 1,6% a.a. no intervalo 2011-2014, o terceiro pior da história republicana, superando apenas as variações de -7,5% a.a. e -1,3% a.a., nos governos Floriano Peixoto e Collor, respectivamente, e empatando com os “anos perdidos” de 1980. A variação foi de apenas 0,7% em doze meses encerrados em setembro de 2014, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O novo time da economia brasileira, capitaneado pela Fazenda, com Joaquim Levy, representa o Plano B de Lula e Dilma, que, depois de demonizarem os financistas durante o ciclo eleitoral, optaram pela indicação de Henrique Meireles, por Lula, com a pronta rejeição de Dilma, e de Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, pela própria Presidente, sendo esta surpreendida por uma constrangedora recusa, associada menos a apegos corporativos e mais à ausência de garantias quanto à “independência operacional” da pasta.

O adiamento do anúncio dos nomes da senadora e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Kátia Abreu, para ocupar a Agricultura, e do senador e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, para o espaço do Ministério do Desenvolvimento, apenas separa as designações eminentemente técnicas das cotas políticas, que traduzem o pagamento de compromissos, ou a acomodação de interesses eleitorais, além de uma acanhada e conservadora tentativa de reaproximação do governo com os segmentos produtivos.

As tarefas do grupo escolhido, por enquanto em regime de transição, repousariam em um conjunto de ações sincronizadas, capaz de restaurar a confiança perdida pelo executivo junto à comunidade doméstica e internacional, com a recomposição dos fundamentos

macroeconômicos; evitar o rebaixamento da nota de crédito do País e a provável perda do grau de investimento, selo de qualidade para o acesso aos recursos externos baratos, obtido em 2008; e recomeçar a pavimentar os caminhos para a retomada de uma trajetória de crescimento sustentado, desprovida de pressões inflacionárias.

É consensual o caráter crucial do resgate dos propósitos de convergência dos índices de preços no varejo para o centro da meta (4,5% a.a.), fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), verdadeira bússola da política monetária, mesmo com a premência de correção dos itens administrados; a diminuição dos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos, requerida para o abrandamento da vulnerabilidade externa do País; e a geração de encorpados e consistentes superávits fiscais primários, indispensável para assegurar a solvência do setor público.

***Não há chance de promoção da aplicação de um receituário com apenas algumas correções de rota, absolutamente indolores para os atores sociais, e preservação plena dos programas compensatórios***

A prospecção e a identificação desse cenário provável servem para eliminar, na prática, qualquer chance de viabilização da hipótese (ou desejo, talvez crença), aventada por Dilma, antes e depois dos palanques eleitorais, de promover a aplicação de um receituário com apenas algumas correções de rota absolutamente indolores para os atores sociais e preservar plenamente os programas sociais – como seguro desemprego, pensões por morte bastante generosas, abono salarial e aposentadorias precoces por tempo de serviço – e os níveis de renda e emprego.

O cumprimento da agenda restritiva exigirá, em curto prazo, a execução, em regime de sintonia fina, de uma estratégia voltada à compressão da oferta de crédito, notadamente das linhas subsidiadas disponibilizadas por bancos oficiais, à austeridade fiscal, à desindexação dos preços-chave, incluindo tributos, tarifas e salários, ao abrandamento do intervencionismo estatal e à desvalorização da taxa de câmbio, principal engrenagem da máquina de reversão da desindustrialização e da estagnação da produtividade que assolam a nação.

Apenas para ilustrar, mesmo com os abatimentos de parte das desonerações tributárias e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), acrescentados de gambiarras contábeis determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o superávit primário das contas públicas atingiu 0,6% do PIB, em um ano terminado em outubro de 2014, contra meta de 1,9% do PIB, o menor patamar desde 1998.

Na contabilidade nominal, que contempla o pagamento de juros, houve déficit de 5% do PIB, em igual intervalo, o maior em doze anos, *versus* 3,9% para os mercados avançados e 1,9% para os emergentes, conforme estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O estoque da dívida pública bruta está em 62% do PIB, diante da média de 40% para os países em desenvolvimento, sendo que mais de 40% do PIB corresponde aos passivos mobiliários, submetidos à rolagem diária nas operações de *overnight*.

A propósito disso, o saldo primário positivo de 1,2% do PIB para 2015, já anunciada pelo futuro ministro, mesmo sendo o menor em mais de uma década, constitui esforço fiscal superior a 1% do PIB em um ano, partindo do pressuposto de fechamento do exercício de 2014 em níveis próximos de zero. Em se concretizando tal proposta, abrir-se-ão flancos para a obtenção de superávit de até 2% do PIB em 2016 e 2017 e o alívio nas pressões sobre as políticas monetária e cambial.

Isso é extremamente importante, pois o desequilíbrio nas contas externas chegou a US\$ 84,4 bilhões em doze meses encerrados em outubro de 2014, o maior da história, ou 3,7% do PIB no período, o nível mais elevado desde 2001 (4,2% do PIB), não compensado pelo ingresso de investimentos diretos estrangeiros (IDES), que totalizaram US\$ 66 bilhões, equivalentes a 2,9% do PIB.

Em paralelo, o êxito da pauta de médio e longo prazo dependerá de um árduo, complexo e maduro esforço de articulação e negociação política entre Executivo e Legislativo, notadamente na tramitação de projetos que comportem a fixação do contemporâneo marco institucional demandado para a devolução das condições de competitividade sistêmica da micro-economia atuante em território nacional, com ênfase para as reformas nos arcabouços tributário PIS, Cofins e ICMS), fiscal, financeiro, patrimonial, trabalhista e previdenciário (com déficit anual de R\$ 50 bilhões, com viés ascendente por conta do aumento da expectativa de vida da população).

Só assim será possível recompor as bases financeiras para a efetiva recolocação da agenda de desobstrução dos gargalos em infraestrutura econômica e social apresentados pelo País, bastante combatidas, aliás, pela exacerbação das incertezas regulatórias e a emergência

dos escândalos de superfaturamento e corrupção, investigados pelo Ministério Público e Polícia Federal, englobando a Petrobras – empresa âncora do sistema econômico nacional, respondendo por 10% da formação bruta de capital fixo – e a teia de empreiteiras a ela atrelada, ancorando o desvio de haveres públicos para o financiamento de políticos e respectivas campanhas.

Frise-se que a companhia já estava suficientemente fragilizada por vultoso programa de investimentos, concentrado em operações do pré-sal, com participação mínima de 30% dos consórcios das áreas licitadas, em meio a enormes prejuízos causados pela obrigatoriedade de aquisição de bens de produção nacionais e o controle artificial dos preços internos dos derivados de petróleo.

Nesse contexto, afiguram-se absolutamente equivocadas a avaliação e a propagação de ideias, realizadas, sobretudo, pelos meios especializados, acerca de um entrosamento liberal-conservador do condomínio – detentor de retaguarda acadêmica e experiência no mercado e no setor público – que comandará a economia brasileira a partir de 2015.

Em vez disso, parece razoável supor o regresso da peleja para a conquista de envergadura política entre os desenvolvimentistas, hospedados nos ministérios do Planejamento (Nelson Barbosa) e da Casa Civil (Aloisio Mercadante), e os “mãos de tesoura” da Fazenda (Joaquim Levy, com passagens pela gestão de Fernando Henrique Cardoso, ex-secretário do Tesouro Nacional na gestão Pallocci, entre 2003 e 2006, e pupilo de Armínio Fraga, presidente do Banco Central, entre 1999 e 2002) e ortodoxos do Banco Central (Alexandre Tombini, cuja permanência foi confirmada).

Até porque o futuro titular da pasta do Planejamento não pode ser rotulado como cristão novo da ortodoxia, pois foi um fervoroso defensor do desenvolvimentismo inclusivo e, na melhor das hipóteses, complacente com a nova matriz econômica, exercitada desde agosto de 2011. Não bastasse esse desvio, por certo, a Chefe de Estado não abdicará de continuar desempenhando as funções de economista-chefe do governo federal, mesmo que com algum despojamento do comando imperial e confuso prevalecente no primeiro mandato.

Nessas circunstâncias, não podem ser consideradas desprovidas de fundamento as apreensões quanto à materialização de operações cotidianas contrárias aos interesses dos mercados, e ao conserto dos estragos, e sensíveis às demandas do populismo redistributivista, especialmente em momentos de crise, para desespero da teoria econômica, dos economistas e, mais adiante, da sociedade.